

SER EDUCACIONAL S.A.

NIRE 26.3.0001679-6

CNPJ nº 04.986.320/0001-13 / CVM nº 23221

Companhia Aberta

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 27 DE ABRIL DE 2018**

Data, Hora e Local: Aos 27 dias do mês de abril de 2018, às 14h00, na Av. da Saudade, 254, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Mesa: Janyo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Nathalie Regnier Cortes, Secretária.

Convocação: edital de convocação publicado no Jornal "Valor Econômico" em 26, 27 e 28 de março de 2018, no Jornal do Commercio em 26, 27 e 28 de março de 2018 e no "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" em 27, 28 e 29 de março de 2018.

Presença: acionistas representando (i) 71,73% do capital social da Companhia em Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 80,95% do capital social da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças, bem como o Sr. Eduardo Henrique Medeiros Cardoso, representante da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes e o Sr. Fernando Eduardo Santos, representante do Conselho Fiscal da Companhia.

Leitura de Documentos: foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que os referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

Ata em Forma de Sumário: foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária: **(a)** apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; **(b)** aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2018, da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e da distribuição de dividendos; **(c)** instalação do Conselho Fiscal; **(d)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(e)** aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2018.

Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, de forma a: **(I)** alterar a redação do caput do artigo 5º para refletir o novo capital social subscrito e integralizado, tendo em vista a realização de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 7 de novembro de 2017; **(II)** alterar o parágrafo primeiro do artigo 5º para aumentar o montante do capital autorizado da Companhia; **(III)** alterar o artigo 14º para modificar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração de 2 (dois) anos para 1 (um) ano, que exercerão mandato a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(IV)** alterar o artigo 18º para modificar o prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva de 2 (dois) anos para 1 (um) ano; **(V)** harmonizar as disposições estatutárias com o novo Regulamento do Novo Mercado, com a consequente: **(1)** alteração do seguinte: (i) parágrafo primeiro do artigo 1º; (ii) artigo 13º; (iii) parágrafo primeiro do artigo 14º; (iv) parágrafo segundo do artigo 14º; (v) item (ee) do artigo 16; (vi) parágrafo primeiro do artigo 24º; (vii) artigo 33º; e (viii) artigo 42; **(2)** exclusão do seguinte: (i) parágrafo segundo do 1º; (ii) artigo 6º; (iii) itens (e) e (d) do parágrafo único do 9º; (iv) item (o) do artigo 16; (v) parágrafo segundo do artigo 24º; (vi) parágrafo único do artigo 33º; e (vii) artigos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 45; e **(3)** alteração de todas as referências à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; **(VI)** melhorar a governança corporativa da Companhia, por meio da adoção de práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, com a consequente: **(1)** inclusão do novo: (i) artigo 13; (ii) item (dd) do artigo 16; (iii) item (ff) do artigo 16; e **(2)** alteração do antigo item (ee) do artigo 16; e **(VII)** ajuste dos termos definidos e renumeração de todas as disposições do Estatuto Social e referências cruzadas aos artigos nele contidos em decorrência das alterações acima propostas; **(b)** consolidação do Estatuto Social; **(c)** examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação da incorporação da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. pela Ser Educacional S.A. (“Protocolo”), tendo por objeto a incorporação, pela Companhia, da controlada ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. (“ADEA”) (“Incorporação”); **(d)** ratificar e aprovar a contratação e nomeação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“Empresa Avaliadora”), que avaliou o patrimônio líquido contábil da ADEA a ser incorporado pela Companhia; **(e)** ratificar e aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da ADEA preparado pela Empresa Avaliadora; **(f)** aprovar a Incorporação, nos termos do Protocolo; **(g)** autorizar a diretoria executiva da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar a Incorporação; e **(h)** rerratificação da remuneração paga à Diretoria Estatutária da Companhia no exercício social de 2017.

Deliberações Tomadas: Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(a) Aprovar, por unanimidade dos votos proferidos, com as devidas abstenções daqueles legalmente impedidos de votar, e sem quaisquer reservas ou ressalvas, as contas dos administradores, bem como aprovar por unanimidade dos votos proferidos, com abstenções, e sem quaisquer reservas ou ressalvas as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e tomar conhecimento dos Pareceres dos Auditores Independentes – PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, registrando-se a sua devida publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no jornal Valor Econômico e no Jornal do Commercio nas edições de 23 de março de 2018.

(b) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, sem quaisquer ressalvas, a seguinte proposta da Administração da Companhia de orçamento de capital para o exercício de 2018 e da destinação do resultado do exercício social de 2017, cujo lucro líquido apurado foi de R\$197.475 mil, e da distribuição de dividendos conforme segue:

- i)** Alocação de 5% do lucro líquido para a reserva legal, no montante de R\$9.874 mil;
- ii)** Destinação de R\$6.169 mil para a reserva de incentivos fiscais, nos termos do Art. 195-A da Lei das S.A.;
- iii)** Distribuição de dividendos no valor de R\$37.847 mil; e
- iv)** Alocação de R\$143.585 mil para a constituição da reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital para o exercício de 2018, apresentado abaixo e também aprovado pelos acionistas por unanimidade nesta assembleia, tendo em vista o disposto no artigo 196 da Lei das S.A.

Registra-se que, (i) o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ajustado nos termos do art. 202, I c/c art. 195-A da Lei das S.A., e também pelo complemento da reserva de incentivos fiscais das controladas, no valor de R\$73.298 mil, perfaz o montante de R\$108.134 mil, e portanto o dividendo obrigatório sobre tal montante seria de R\$27.034 mil, ou seja, R\$ 0,195281386 por ação; (ii) a Administração propôs a distribuição de montante do lucro líquido ajustado, a título de dividendos adicionais, no valor de R\$10.813 mil, perfazendo um total de R\$37.847 mil, ou seja, R\$0,078112551 por ação, sendo assim, a Administração propôs, a distribuição de montante do lucro líquido ajustado, a título de dividendos, no valor total de R\$ 37.847.153,00, ou seja, R\$ 0,273393937 por ação; (iii) a Administração propôs o pagamento dos dividendos em parcela única até 7 de maio de 2018, com base na posição acionária de 27 de abril de 2018, por conseguinte, sendo as ações negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 30 de abril de 2018, inclusive; e (iv) a Administração propôs aos acionistas um orçamento de capital para suportar o plano de investimentos desenvolvido pela administração para o exercício de 2018, que prevê investimentos em equipamentos, informática, construções e instalações, conforme o disposto a seguir: Uso de recursos: R\$57.936 mil para máquinas, equipamentos, ferramentas, laboratórios e bibliotecas; R\$22.876 mil para informática (hardware e software); R\$55.432 mil para construções e instalações; e R\$7.341 mil para capital de giro, totalizando R\$143.585 mil. A fonte de financiamento proposta para o orçamento de capital da companhia é a

retenção de R\$143.585 mil em reserva de retenção de lucros, com base no art. 196 da Lei das S.A.

(c) Aprovar, por unanimidade dos votos, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

(d) Eleger, por unanimidade dos votos, com abstenções e sem quaisquer ressalvas **(i) REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 8781281, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.662.402-03, residente e domiciliado na Rua Leonardo Mota, 66, CEP 05582-090, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo, para ocupar o cargo de membro titular do Conselho Fiscal e **WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 123.283 OAB/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 147.427.468-48, residente e domiciliado na Rua Viradouro, n.º 63, conjunto 21, CEP 04538-110, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, como suplente, indicados pelos acionistas minoritários da Companhia; e **(ii) os seguintes membros titulares indicados pelo acionista controlador, FERNANDO EDUARDO RAMOS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Av. Boulevard Conde Arcos, Qd 53 0, apt. 103, Lte 28/33, Setor Goiania 2, CEP 74663-130, na cidade de Goiânia, no estado de Goiás, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 875.785.901-97 e portador(a) do Documento de Identidade RG nº 4.112.973 DGPC/GO e **NAZARENO HABIB OUVIDOR BICHARA**, brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado(a) na Av. Conselheiro Portela, 139, apt. 1502, CEP 52020-030, Espinheiro, na cidade do Recife, no estado de Pernambuco, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 338.982.002-72 e portador(a) do Documento de Identidade RG nº 1.946.929 SSP/PB, bem como os respectivos suplentes: **NELSON LEVERRIER DE ASSIS**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 011455/0-9 CRC/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.144.734-15, residente e domiciliado na Avenida José Augusto Moreira, 541, apto. 201, CEP 53130-410, na cidade de Olinda, estado de Pernambuco e **FRANCISCO DE ASSIS GOMES SILVA**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.885.778 - SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob nº 066.760.494-49, residente e domiciliado na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Visconde de Jequitinhonha, 279, Boa Viagem, CEP 51021-190.

(e) Fixar, por maioria dos votos, sem quaisquer ressalvas, para o exercício social de 2018 **(i) a remuneração global anual dos Administradores da Companhia**, no limite de até R\$ 9.617 mil, incluídos neste valor todos os encargos. Do valor total de remuneração proposta para os Administradores, o montante de R\$3.506 mil destina-se à remuneração fixa do Conselho de Administração e o montante máximo de R\$6.111 mil destina-se à remuneração fixa e variável da Diretoria Estatutária da Companhia; e **(ii) a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia no valor de R\$304 mil.**

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(a) Aprovar, por maioria dos votos, sem quaisquer ressalvas, a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, de forma a: **(I)** alterar a redação do caput do artigo 5º para refletir o novo capital social subscrito e integralizado, tendo em vista a realização de aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 7 de novembro de 2017; **(II)** alterar o parágrafo primeiro do artigo 5º para aumentar o montante do capital autorizado da Companhia; **(III)** alterar o artigo 14º para modificar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração de 2 (dois) anos para 1 (um) ano, que exercerão mandato a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar as contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(IV)** alterar o artigo 18º para modificar o prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva de 2 (dois) anos para 1 (um) ano; **(V)** harmonizar as disposições estatutárias com o novo Regulamento do Novo Mercado, com a consequente: **(1)** alteração do seguinte: (i) parágrafo primeiro do artigo 1º; (ii) artigo 13º; (iii) parágrafo primeiro do artigo 14º; (iv) parágrafo segundo do artigo 14º; (v) item (ee) do artigo 16; (vi) parágrafo primeiro do artigo 24º; (vii) artigo 33º; e (viii) artigo 42; **(2)** exclusão do seguinte: (i) parágrafo segundo do 1º; (ii) artigo 6º; (iii) itens (e) e (d) do parágrafo único do 9º; (iv) item (o) do artigo 16; (v) parágrafo segundo do artigo 24º; (vi) parágrafo único do artigo 33º; e (vii) artigos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 45; e **(3)** alteração de todas as referências à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; **(VI)** melhorar a governança corporativa da Companhia, por meio da adoção de práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, com a consequente: **(1)** inclusão do novo: (i) artigo 13; (ii) item (dd) do artigo 16; (iii) item (ff) do artigo 16; e **(2)** alteração do antigo item (ee) do artigo 16; e **(VII)** ajuste dos termos definidos e renumeração de todas as disposições do Estatuto Social e referências cruzadas aos artigos nele contidos em decorrência das alterações acima propostas.

(b) Aprovar, por maioria dos votos, a consolidação do Estatuto Social, sendo anexo a esta ata como **Anexo I**.

(c) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, o Protocolo, tendo por objeto a Incorporação.

(d) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, a ratificação e aprovação da contratação e nomeação da Empresa Avaliadora, que avaliou o patrimônio líquido contábil da ADEA a ser incorporado pela Companhia.

(e) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, a ratificação e aprovação do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da ADEA preparado pela Empresa Avaliadora.

(f) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, a Incorporação, nos termos do Protocolo.

(g) Aprovar, por unanimidade dos votos, com abstenções, a autorização da diretoria executiva da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar a Incorporação; e

(h) Aprovar, por maioria dos votos, a rerratificação da remuneração global anual paga à Diretoria Estatutária da Companhia no exercício social de 2017, sendo o valor alterado de R\$5.698 mil para R\$8.728 mil.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Recife, 27 de abril de 2018. (a) **Mesa:** Janyo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Nathalie Regnier Cortes, Secretária. **Acionistas Presentes:** JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ (representado por Janyo Janguê Bezerra Diniz); JANYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ; RODRIGO DE MACEDO ALVES; FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); HANDELSBANKEN FUNDS – BRAZIL (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); HANDELSBANKEN TILLVAXTMARKNAD TEMA (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); HANDELSBANKENS LATINAMERIKAFOND (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); JPMORGAN BRAZIL INVESTMENT TRUST PLC (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); EMPTON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); VANGUARD INTERNATIONAL EXPLORER FUND (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); ESSOR ASIE OPPORTUNITES (representado por Santander Securities Services Brasil); TRINETRA EMERGING MARKETS GROWTH FUND (representado por BNP Paribas Brasil S.A.).

Acionistas Presentes por meio de voto a distância: (a) em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária: SPARTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; M SQUARE ALÍSIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; M SQUARE BRAZIL LONG ONLY FUND II LLC; M SQUARE AÇÕES CSHG MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; M SQUARE AÇÕES CSHG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MBV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - INVESTIMENTO NO EXTERIOR; NORGES BANK; EMERGING MARKETS EQUITY FUND S OF M P F WORLD FUNDS, LLC; VERTRA

INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; VERTRA PSE FI EM ACOES; (b) apenas em Assembleia Geral Extraordinária: USAA EMERGING MARKETS FUND; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD; DUPONT PENSION TRUST; STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; THE STATE NEBRASKA JUDGES STATE P S R SYSTEMS; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; INTERNATIONAL MONETARY FUND; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA; CAVENDISH ASSET MANAGEMENT LIMITED; FIDELITY INVEST TRUST LATIN AMERICA FUND; FINDLAY PARK LATIN AMERICAN FUND; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; NEPTUNE INVESTMENT FUNDS - NEPTUNE LATIN AMERICA FUND; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.; CHARITABLE INTERNATIONAL EQUITY FUND; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF; SUTTER HEALTH; SUTTER HEALTH MASTER RETIREMENT TRUST; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND ASOVIEIF; MARKET VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; ARROWSTREET MULTI-STRATEGY UMBRELLA PLC - ARROWSTREET EMFIII; XEROX CORPORATION RETIREMENT & SAVINGS PLAN; KAISER PERMANENTE GROUP TRUST; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; THE SEAFARER OVERSEAS GROWTH & INCOME FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; CENTURYLINK, INC. DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; CF DV ACWI EX-U.S. IMI FUND; TESCO PLC PENSION SCHEME; ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO; WISDOMTREE EMERG MKTS QUALITY DIV GROWTH FUND; WISDOMTREE EMERGING MARKETS CONSUMER GROWTH FUND; ARR. CAP. IRE. LTD FAOBO ARR. GL. EQ. (GBP) CCF, A SF OACCF; ARROW. CAP. IR. LTD FAOBO ARR. GL. EQ. CCF, ASFOTA CCF; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; MERCER QIF CCF; AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC; ITAU FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND; ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY ALPHA EXTENSION FUND L; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL WORLD ALPHA EXTENSION FUND I; ROCHE U.S. RETIREMENT PLANS MASTER TRUST; RIVER AND MERCANTILE ICVC - RIVER AND MERCANTILE GLOBAL H A; AMG TIMESSQUARE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU; AMG TIMESSQUARE INTERNATIONAL SMALL CAP FUND; THE INCUBATION FUND, LTD.; EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, A SERIES OF 525 M.

Certidão: Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

Nathalie Regnier Cortes

Secretária

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ 04.986.320/0001-13

NIRE 26.3.0001679-6

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo Primeiro. A SER EDUCACIONAL S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Artigo Segundo. A Companhia tem por objeto social:

(i) o desenvolvimento e a administração de atividades e instituições nas áreas de educação básica, educação superior, educação profissional, educação corporativa, cursos para concursos e outras áreas associadas à educação;

(i) a administração de bens e negócios próprios; e

(ii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, por meio de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo Segundo. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente relacionadas à sua qualidade de empresa controladora, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas ao objeto social da Companhia.

Artigo Terceiro. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. da Saudade, nº 254, no Bairro de Santo Amaro, CEP: 50100-200, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo Quarto. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ R\$ 991.644.172,80 (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), representado por 138.812.000 (cento e trinta e oito milhões, oitocentas e doze mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive número de ações, preço, prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Parágrafo Segundo. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e demais condições da emissão de ações.

Parágrafo Terceiro. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Parágrafo Quarto. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo Sexto. As integralizações serão efetivadas à vista. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária com base no IGP-M mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Oitavo. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Sexto. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- (f) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração

e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo Sétimo. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo Oitavo. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

- (a) deliberar sobre o registro de companhia aberta da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- (b) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; e
- (c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo Nono. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 10º. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 11º. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 12º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 34 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 13º. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15º. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s) dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será(ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho de Administração escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Quarto. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de *quoruns* de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 16º. Compete ao Conselho de Administração:

- (a) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;
- (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;
- (f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;
- (g) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (h) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações;
- (i) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;
- (j) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;
- (k) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito

de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(l) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

(m) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;

(n) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;

(o) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(p) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e seus (a) acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

(r) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização a ser realizada pela Companhia em suas controladas;

(s) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;

(t) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;

(u) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação;

(v) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

(w) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

(x) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(y) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;

(z) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

(aa) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;

(bb) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(cc) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;

(dd) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que deram origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;

(ee) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação aos preços e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo

ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (iv) o valor econômico da Companhia, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(ff) avaliar e divulgar anualmente quem são os membros do Conselho de Administração considerados independentes, bem como justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a sua independência; e

(gg) resolver os casos omissos neste Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo Quarto. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo Quinto. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo Sexto. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente o Conselheiro representado por procurador validamente nomeado ou que participe por meio de conferência telefônica ou videoconferência, bem como aquele que enviar, antecipadamente, seu voto, conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 15º deste Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser

feita com pelo menos sete dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-símile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

SEÇÃO III – DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será Diretor Financeiro, (iv) um será Diretor de Ensino; e (v) os demais serão Diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

(a) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

(b) Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei;

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas;

(d) Diretor de Ensino: (i) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (ii) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (iii) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e

qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (iv) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e/ou abrangência; e (v) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

(e) Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Artigo 18º. O mandato dos membros da Diretoria será de 1 (um) ano, admitida reeleição.

Artigo 19º. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda à eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo Primeiro. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo Segundo. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 20º. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Para que as reuniões da Diretoria possam validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 21º. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judícia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo Segundo. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo Terceiro. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 22º. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23º. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 24º. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 34 deste Estatuto Social, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária que os elegeu, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos da Companhia e suas subsidiárias, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 26º abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do

exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portando, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% (oitenta por cento) do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, na forma prevista no Artigo 26º abaixo.

Artigo 26º. A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 27º. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 28º. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 29º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 30º. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 31º. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 32º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 33º. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO IX JUÍZO ARBITRAL

Artigo 34º. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Artigo 35º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser

remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 36º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37º. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do poder de controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.